



## Trabalho e Tempo Livre

**Autor: Décio Cardoso de Castro Junior**

**1º semestre/ 2017**

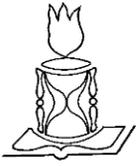
### **Texto Teórico**

Nosso objetivo principal com esse texto é aproximar uma gama de conceitos teóricos originários de clássicos do pensamento social moderno para refletirmos acerca da relação entre *trabalho* e *tempo livre*.

Apresentaremos a conexão weberiana entre a “ética protestante”, que direcionava a conduta de vida puritana para o trabalho racional, sistemático e metódico com o desenvolvimento histórico do “*espírito*” do *capitalismo* moderno e a tipologia da conduta de vida racional direcionada ao acúmulo de riquezas. Em um segundo momento lançaremos à discussão de Max Weber sobre a racionalização ocidental, como consequência do *desencantamento do mundo* mobilizado pela *desmagificação* religiosa e pelo protagonismo da especialização racional científica na explicação das “coisas do mundo”.

O desenvolvimento da ciência e a racionalização são apontados como alicerces para compreendermos a ligação entre a ciência e o surgimento de novas técnicas produtivas na organização do trabalho no século XX, através de uma breve exposição do fordismo alicerçado no método taylorista de controle administrativo da produção.

Partiremos da centralidade do *trabalho* como atividade produtiva humana, para apresentarmos a contradição da sociedade capitalista de *alienação* e repulsa ao trabalho, que surge como atividade não livre já nas obras iniciais de Karl Marx.



Tomando o trabalho alienado como tópico principal, a fim de estabelecer sua relação com o conceito de *tempo livre* no ensaio de Theodor W. Adorno, originado em uma conferência radiofônica de 1969.

A reflexão de Adorno sobre o laço entre *tempo livre* e trabalho na sociedade capitalista do século XX, é conclusiva no sentido de apontar que as atividades desenvolvidas no “tempo de lazer” não são frutos de uma consciência livre dos seres humanos, resultado direto do processo de *alienação do trabalho*. Assim, tentaremos introduzir assimilar é justificar teoricamente os motivos pelo qual o tempo livre não só não nega o trabalho alienado e a tipologia de uma conduta de vida burguesa, como é uma expressão direta desses.

### **Weber e a tipologia da conduta burguesa: o racional “estilo de vida capitalista”**

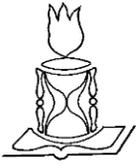
Na obra de Marx não é uma tarefa difícil perceber o empenho de reflexão sobre a gênese histórica do proletariado e seu papel produtivo e político, mas para iniciarmos uma aproximação com os hábitos que tocam o burguês capitalista, temos que recorrer a Max Weber (1864-1920), que preocupou-se com a reflexão quanto à *tipologia* de conduta de vida do burguês capitalista.

Em sua obra *A Ética Protestante E O “Espírito” Do Capitalismo* (1904/1905) Weber investiga o desenvolvimento de um tipo de agente típico do capitalismo Ocidental, na procura de “discernir o nexo entre as concepções religiosas fundamentais do protestantismo ascético e as máximas de vida econômica cotidiana” (WEBER, 2013, p. 141), iniciando seus estudos sobre o comportamento do empresário no capitalismo moderno. A principal iniciativa é tentar estabelecer conexões entre reconfigurações sociais trazidas pela Revolução Protestante do século XVI – *ascese de vida puritana* –, e o surgimento de novas formas de comportamento na vida econômica da modernidade.

O movimento de Reforma Protestante ao contestar dogmas – principalmente a concepção tradicional de salvação – e formas de organização da Igreja Católica Romana, imprime em sua concepção puritana a ascese intramundana como única via de salvação. A doutrina da predestinação é apontada por Weber como o principal dogma instituído por João Calvino<sup>1</sup> (1509-1564), compreendendo a salvação como

---

<sup>1</sup> **João Calvino**, professor e teólogo cristão. Nasceu em Noyon (França) em 10 de julho de 1509 e faleceu na cidade de Genebra (Suíça) em 27 de maio de 1564.



uma iniciativa da vontade de Deus, restando ao fiel buscar na terra sinais de que era um escolhido para a graça salvadora como acentua Antônio Flávio Pierucci (2003), quando diz:

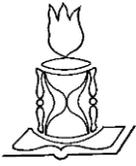
Compactuada nesse dogma estava à noção de absoluta liberdade de Deus para salvar ou condenar, exercida sempre já muito acima do mérito ou da culpa das criaturas humanas, e muito além da sua capacidade de influenciá-lo com rituais e rezas, súplicas, chantagens, prestações ou oferendas. Muito além da magia, fosse qual fosse. (PIERUCCI, 2003, p. 105)

Ao romper com os meios tradicionais de salvação, já que os destinados à “vida eterna” estão pré-determinados por Deus, resta ao protestante puritano à busca daqueles sinais que indicariam que ele é um dos escolhidos. O trabalho como conduta de vida surge no protestantismo ascético como o meio de obtenção dos sinais da salvação dos eleitos. A dedicação ao trabalho transforma-se no puritanismo o meio ascético eficaz para evitar a vida impura. É um preservativo contra a vida de pecados. A dedicação integral ao trabalho não distingue os possuidores de bens e os que não têm posses, sendo a falta de vontade de exercer a atividade produtiva uma evidência da não-graça divina. Diz Weber:

[...] antes de tudo, o trabalho é da vida o fim em si prescrito por Deus. A sentença de Paulo: “Quem não trabalha não coma” vale incondicionalmente e vale para todos. A falta de vontade de trabalhar é sintoma de estado de graça ausente. [...] Também ao homem de posses não é permitido comer sem trabalhar, pois se ele de fato não precisa do trabalho para cobrir suas necessidades, nem por isso deixa de existir o mandamento de Deus, ao qual ele deve obediência tanto quanto o pobre. (WEBER, 2013, p. 144/145)

O trabalho aparece como ação do indivíduo tecida de acordo com a vontade de Deus, o que Weber indica na *Ética Protestante* é que esse trabalho assume características específicas que podemos observar como prelúdio da modernidade, para ter validade na procura de sinais da graça divina o trabalho deve ter caráter vocacional exercido de maneira sistemática, estável, contínua e metódica. E mais, “segundo o esquema de interpretação pragmática dos puritanos, é pelos seus frutos que se reconhece qual é o fim providencial da articulação da sociedade em profissões” (WEBER, 2013, p. 146).

O acúmulo de riqueza originários do exercício da profissão também é sinal da graça de Deus, desde que quanto maior a prosperidade dessa riqueza maior será o



afastamento do ócio, dos desfrutes de prazeres e, sobretudo da perda de tempo. Essa conduta de vida ascética protestante ao voltar-se contra o gozo distraído dos prazeres mundanos e o emprego de toda a força humana no trabalho torna-se uma grande influência para o estilo de vida no capitalismo. Diz Weber:

Surgira um *ethos profissional* especificamente burguês. Com a consciência de estar na plena graça de Deus e ser por ele visivelmente abençoado, o empresário burguês, com a condição de manter-se dentro dos limites da correção formal, de ter a sua conduta moral irrepreensível e de não fazer de sua riqueza um uso escandaloso, podia perseguir os seus interesses de lucro e, devia fazê-lo. O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como se finalidade de sua vida, querida por Deus. E ainda por cima dava aos trabalhadores a reconfortante certeza de que a repartição desigual dos bens deste mundo era obra toda especial da divina Providência, que, com essas diferenças, do mesmo modo que com a graça restrita [não universalista], visava a fins por nós desconhecidos. Calvino já havia enunciado a frase, muitas vezes citada, segundo a qual o “povo”, ou, dito de outra forma, a massa dos trabalhadores e dos artesãos, só obedece a Deus enquanto é mantido na pobreza. (WEBER, 2013, p. 161)

O controle da conduta de vida do puritanismo ascético em suas máximas acerca da condenação do ócio, da perda de tempo e exaltação da dedicação vocacional ao trabalho racional metódico e sistemático visando à acumulação de riqueza dará a base para o desenvolvimento do “espírito do capitalismo moderno”, concomitante ao desenvolvimento do sistema econômico. A atividade econômica será regida por uma forma racional tanto na produção, quanto na dedicação ao trabalho. Weber irá identificar o discurso transcrito na autobiografia de Benjamin Franklin (1706 – 1790), como grande exemplo de exaltação da *profissão como dever*, de explanação de uma forma de pensamento social moderno e do surgimento de uma *ethos profissional* especificamente burguês condensado na conhecida exclamação de que “Tempo, é dinheiro!”<sup>2</sup>. O modo de vida protestante puritano será

---

<sup>2</sup> Veja na Parte I, o item 2 (O “espírito” do capitalismo) um trecho do discurso atribuído a Benjamin Franklin: “Lembra-te que tempo é dinheiro; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. Lembra-te que crédito é dinheiro. Se alguém me deixa ficar com seu dinheiro depois da data do



tomado de empréstimo e secularizado no capitalismo na busca de racionalizar a obtenção do lucro.

Para Ricardo Musse<sup>3</sup> (2016), Weber conseguiu estabelecer a conexão entre *concepção puritana de vocação profissional*<sup>4</sup> e o estilo de vida capitalista, que orienta socialmente tanto as ações econômicas dos capitalistas nos seus anseios e busca desenfreada pelo lucro, como dos trabalhadores moldados a essa forma de vida através da educação reguladora para a disciplina no trabalho exigida na sociedade capitalista moderna.

Outro importante ponto a ressaltarmos da obra de Max Weber no seu trabalho de construção sociológica da análise da sociedade moderna ocidental é o conceito de *desencantamento do mundo* construído em seu significado durante todo o percurso de desenvolvimento teórico do sociólogo. O conceito de *desencantamento* percorre a obra de Weber e é analisado por Flávio Pierucci (2003) nos diferentes passos do seu desenvolvimento<sup>5</sup>. Ao que nos interessa nesse texto já nos aproximamos de uma visão geral do primeiro significado de desencantamento do mundo como forma de *desmagificação*<sup>6</sup>, sendo a “*repressão da magia pela religião*” (PIERUCCI, 2003, p. 164) observada principalmente no desencadear do processo histórico da Reforma Protestante e rompimento com os meios tradicionais de salvação – “*rituais e rezas, súplicas, chantagens, prestações ou oferendas*” (PIERUCCI, 2003, p. 105) –, por meio de uma visão ascética puritana, que passou a compreender a salvação como predestinação. Aos crentes puritanos sobrava apenas a procura dos sinais de sua escolha por Deus, através de uma conduta de vida com influência direta sobre a organização econômica. Diz Musse:

Com esse conceito, Weber designa uma forma específica de racionalização, característica da sociedade ocidental, decorrente da combinação da eliminação progressiva da magia como “meio de

---

*vencimento, está me entregando os juro ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso. Lembra-te que o dinheiro é procriador por natureza e fértil. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seus rebentos podem gerar ainda mais, e assim por diante. Cinco xelins investidos são seis, reinvestidos são sete xelins e três pence, e assim por diante, até se tornarem cem libras esterlinas. Quanto mais dinheiro houver, mais produzirá ao ser investido, de sorte que os lucros crescem cada vez mais rápido. Quem mata uma porca prenhe destrói sua prole até a milésima geração. Quem estraga uma moeda de cinco xelins, assassina (!) tudo o que com ela poderia ser produzido: pilhas inteiras de libras esterlinas [...]”* (WEBER, 2013, pp. 42 - 44)

<sup>3</sup> Livre-docente do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Integra o Laboratório Karl Marx na FFLCH-USP. São Paulo, SP. Brasil

<sup>4</sup> WEBER, M., 2013. p.151

<sup>5</sup> PIERUCCI, A. F., 2003.

<sup>6</sup> Ibid.: Expressão de autoria de Pierucci.



salvação” com os efeitos da ciência moderna – considerada como o fragmento mais importante de um movimento multissecular de “intelectualização”. (MUSSE, 2016, p. 111)

O segundo significado de desencantamento do mundo, importante para nossas pretensões aqui, apresenta-se, sobretudo no ensaio de Weber *Ciência como vocação* (1917)<sup>7</sup>. Nesse ensaio o conceito de desencantamento do mundo, afasta-se – sem perder toda sua conexão – da ideia de desmagificação, e aproxima-se de um sinônimo de “*racionalização intelectualista através da ciência e da técnica científica orientada*” (PIERUCCI, 2003, p. 151). O desencantamento do mundo é resultado do processo de racionalização das relações humanas no domínio da natureza por meios técnicos, através do desenvolvimento científico cada vez mais especializado e comprometido em explicar os acontecimentos do mundo através da racionalidade calculista. O desencantamento aqui é racionalização, racionalização como domínio científico através do cálculo e tentativa de predizer e dominar as “coisas do mundo”.

#### **A racionalização e a administração científica da produção<sup>8</sup>.**

Podemos nos aproximar de uma exemplificação histórica, que não é dada diretamente por Weber, mas que muito diz acerca da *desmagificação* e *racionalização do mundo*. A intensificação no desenvolvimento dos meios técnico-científicos serão na sociedade burguesa basilares na produção da vida material.

O sistema de organização da administração produtiva desenvolvido por Frederick Taylor (1858 -1915) na passagem do século XIX para o XX foi uma inovação e exemplo do desenvolvimento científico de meios técnicos aplicados à produção capitalista na busca pelo aprimoramento produtivo e suporte ao ganho econômico. O *taylorismo*, como ficou conhecido esse sistema, procurou sanar a disparidade entre a capacidade produtiva dos trabalhadores e a produtividade “real” que se apresentava abaixo dessa capacidade. A fragmentação das funções na produção industrial foi defendida por Taylor como o meio de dividir as responsabilidades na produção e organizar diferentes tarefas, destinando essa organização a um grupo de administradores dedicados ao controle das operações dos trabalhadores durante o trabalho.

A administração científica taylorista foi um meio de imprimir o controle normativo de tempo mínimo e mais eficiente para cada operação específica da produção, planejando cada movimento executado pelos trabalhadores, a fim de

---

<sup>7</sup> WEBER, M., 2011 [1917].

<sup>8</sup> Ver mais na “*Introdução*” de Augusto Pinto em: PINTO, Geraldo Augusto., 2007. p. 7 – 13.



aprimorar o tempo e a qualidade das operações<sup>9</sup>. Isso requeria o máximo de especialização e repetição de cada movimento.

Henry Ford (1863 -1947) industrial americano defendeu uma ideia de que o capitalismo poderia tornar-se mais humano, desde que todos os trabalhadores pudessem ter acesso ao consumo em massa dos produtos industrializados, que deveriam ser cada vez mais padronizados e produzidos em grande escala. Assim, incluiu o método científico de administração produtiva em sua indústria no início do século XX. Empregou e aprimorou o taylorismo através de um mecanismo automático – esteira –, que percorria todas as fases da produção. Para Ford, o aprimoramento das máquinas e o método de normatização das ações dos trabalhadores na fabricação seriam os meios mais eficazes de contrabalancear o custo da produção – diminuindo os custos produtivos, diminuiria o preço dos produtos, e o crescimento de produtividade permitiria maiores lucros e aumentos salariais aos trabalhadores – possibilitando o consumo em massa.

A automação observada na produção se intensificou como o desenvolvimento científico de novas técnicas de trabalho, o modelo de controle Fordista/Taylorista observado no século XX, promoveu o aumento da produtividade tendo como consequência a redução do tempo de trabalho necessário para a produção e da jornada média de trabalho.

### **Marx e o indicativo de uma sociedade do trabalho alienado.**

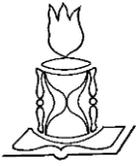
O *trabalho* ocupa uma posição central na obra de Karl Marx (1818 -1883) a compreensão marxiana sobre a atividade produtiva humana – *práxis humana*<sup>10</sup> – se faz presente desde seus manuscritos de juventude. Segundo a definição presente no *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore (2001) a *práxis*:

[...] refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da *práxis*, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este

---

<sup>9</sup> Vale citar, que esse modelo científico de administração e controle do trabalho é puramente matematizado, procurando otimizar e normatizar o controle quantitativo da execução de todos os movimentos dos trabalhadores.

<sup>10</sup> Ver definição completa de “*práxis*” em: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, c2001. p.292 - 296.



como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis”.  
(BOTTOMORE, 2001, p. 292)

O principal companheiro e colaborador de Marx, Friedrich Engels (1820 – 1895) em uma de suas raras discussões acadêmicas – mais especificamente com as ciências naturais – vai defender a centralidade do trabalho no processo de “evolução biológica” dos seres humanos<sup>11</sup>. O principal exemplo da sua argumentação indica que por meio da atividade produtiva a mão humana sofreu um desenvolvimento adaptativo passado como herança genética, o que fez com que o marxista defendesse “*que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele*” (ENGELS, 1999 [1876], p. 7). Observamos, que Geraldo Augusto Pinto<sup>12</sup> (2007) aproxima-se dessa posição de centralidade do trabalho no desenvolvimento físico, intelectual e “espiritual” – construções simbólicas, artísticas, culturais, etc. – dos seres humanos. Diz o autor:

Em todas as áreas do conhecimento científico, comprovou-se ter sido a capacidade de trabalho, enquanto atividade constituída de “planejamento” e “execução”, o diferencial dos seres humanos frente aos demais seres vivos, no metabolismo que processam com o meio ambiente para sobrevivência. O manejo de ferramentas e a experimentação acumulativa das propriedades naturais estiveram na base do desenvolvimento cerebral humano, resultando na ampliação da nossa capacidade de comunicação pela linguagem corporal e verbal. Dessas capacidades e como parte da regulação das relações sociais, advieram às estruturas de pensamento complexa, possibilitando as relações tribais e comunais, cuja divisão do trabalho não apenas se sustentava nas condições físicas dos membros, mas também implicava em ordenamentos em todas as esferas da vida, do plano político ao mítico e mesmo artístico. (PINTO, 2007, p. 9)

Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) também conhecidos como *Manuscritos de Paris* são textos iniciais da trajetória teórica de Marx e sua construção da crítica à sociedade do trabalho alienado. Nesses Manuscritos “*Marx opõe, geralmente, ‘trabalho’ a ‘práxis’ e descreve explicitamente o primeiro como ‘o ato de alienação da atividade humana prática’, mas é por vezes incoerente, usando ‘trabalho’ como sinônimo de ‘práxis’*” (BOTTOMORE, 2001, p. 293). O tópico *trabalho*

---

<sup>11</sup> ENGELS, F., 1999 [1876].

<sup>12</sup> Bacharel em Sociologia e Ciência Política, mestre e doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com ênfase em Sociologia do Trabalho.



*alienado* é exposto mediante a apresentação das diferentes formas de alienação na obra<sup>13</sup>.

Dado os objetivos da nossa discussão nesse trabalho as duas principais formas analisadas aqui serão: 1) a alienação do trabalhador diante do produto de seu trabalho, e 2) a alienação da atividade produtiva.

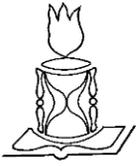
O trabalho na sociedade capitalista – a sociedade da propriedade privada dos meios de produção – se apresenta como processo de produção de mercadorias em geral, o agente social responsável pela execução da atividade produtiva – o trabalhador – produz objetos alheios a sua vontade, pois não controla as atividades produtivas e menos ainda os seus resultados. Já o agente social proprietário do fruto do trabalho – o burguês capitalista – é ao mesmo tempo não produtor e comandante da produção material.

Produzir algo que não lhe pertence torna o trabalhador também uma mercadoria desvalorizada na mesma intensidade em que se valorizam as riquezas por ele produzidas essa é uma das principais contradições apresentadas na sociedade capitalista. A partir desse momento tanto produtor, quanto objetos produzidos aparecem socialmente como mercadorias<sup>14</sup>. Assim, quanto mais se valorizam as coisas – a riqueza produzida, o objeto fruto do trabalho –, mais seus produtores são desvalorizados socialmente. Diz Marx:

---

<sup>13</sup> Vejamos os comentários de T. Bottomore: “No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação)”. (BOTTOMORE, 2001, p. 5)

<sup>14</sup> A relação da compra e venda da força de trabalho foi descrita por Marx em 1848 alguns anos depois da redação dos *Manuscritos*, pode ser compreendida no capítulo “Burgueses e Proletários” no *Manifesto do Partido Comunista* (MARX & ENGELS, 2011 [1848]). Em suma, com o desenvolvimento e paulatina expansão do modo de produção capitalista o trabalhador foi privado dos objetos de toda espécie necessários para a produção material como ferramentas, maquinarias, técnicas de produção, terras, etc., concentrados nas mãos do proprietário capitalista burguês, ao trabalhador resta apenas a posse da capacidade de imprimir força de trabalho na produção. Essa determinada relação de produção, alicerçada na posse privada dos meios produtivos, impulsiona socialmente a venda da força de trabalho aos capitalistas em troca de um pagamento como meio de subsistência aos trabalhadores, generalizando a relação de trabalho assalariado, e configurando o proprietário da força de trabalho como uma mercadoria.



O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder de extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato mercadorias em geral. (MARX, 2004 [1844], p. 81)

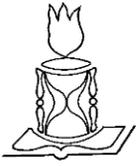
Observam-se então como características do trabalho na sociedade moderna capitalista a produção de mercadorias destinadas à troca e atribuição a ele mesmo [o trabalho], e ao trabalhador as qualidades de mercadorias capazes de serem equiparadas quantitativamente a qualquer coisa que se possa produzir, configurando uma relação abstrata de troca, baseada no cálculo, onde coisas completamente distintas nas suas qualidades mais particulares podem ser trocadas de maneira equivalente<sup>15</sup>.

Quando refletimos acerca do postulado de que o trabalhador se desvaloriza e é compelido a um mundo de miséria quanto mais mercadorias produz, nos aproximamos da primeira forma de alienação tratada por Marx nos *Manuscritos*, a saber, a alienação do trabalhador diante do produto de seu trabalho. A situação social de miséria do trabalhador é uma das consequências da contradição social de ser o agente ativo na produção de riquezas no mundo, e não só não poder desfrutar livremente dessas riquezas como ser dominado e depreciado em sua existência por elas. A privação da propriedade do resultado de seu trabalho torna o produto – a mercadoria – estranho ao seu produtor, o trabalho como atividade prática concede vida ao objeto, que se volta contra aquele que o produziu. Segundo Ricardo Musse (2016), esse é um dos princípios estruturantes da ordem social moderna, quando tece o comentário acerca da hostilidade entre produtor e produto apontada por Marx, indica que os produtos do trabalho “*apartados do individuo [...] surgem também como algo independente e estranho ao trabalhador, tornando-se uma potência autônoma diante dele*”. (MUSSE, 2016, p. 113)

É importante compreendermos que a alienação do trabalhador é essa hostilidade com o objeto produzido. Quando mais força, mais dispêndio de trabalho –

---

<sup>15</sup> Não é o objetivo desse trabalho aprofundar questões sobre à *Crítica da Economia Política* do Marx, mas importa enfatizar que é apenas n’*O Capital* (1867), que observamos a consolidação da análise crítica ao capital como forma de relação social *fetichizada*. Ver: Capítulo I “*A mercadoria*” em MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural. 1984 [1867].



seja físico, ou intelectual – o trabalhador destina ao produto, menos esse lhe pertence, e mais lhe aparece como autônomo do próprio processo que o produziu. O que Marx diz, e que Musse (2016) nos ajuda a assimilar é que a existência do objeto produzido se apresenta socialmente de maneira independente das energias empregadas pelo trabalhador na produção, o mesmo trabalhador que gerou a mercadoria a julga como algo naturalmente existente, dotada de “vida própria”, autônoma a vontade humana e ao trabalho que a gerou.

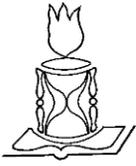
Em suma, as mercadorias na sociedade capitalista ganham poder social na medida em que descolam-se dos seus produtores, lhe são negadas, e o subjugam socialmente valorizando-se por meio da desvalorização dos trabalhadores e dos processos de trabalho. O objeto deixa de pertencer ao trabalhador, e a vida do trabalhador passa a pertencer ao objeto, *“quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio de seu produto, do capital”* (MARX, 2004 [1844], p. 81). Assim, para Marx na sociedade capitalista as relações sociais aparecem aos seres humanos como relação entre coisas – produtos, objetos, mercadorias – e independem da livre vontade humana.

Podemos agora refletir sobre a segunda forma de alienação apresentada na sociedade do capital, a alienação do trabalhador na atividade produtiva: *“o estranhamento [alienação] não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva”* (MARX, 2004 [1844], p. 81).

Sendo o produto do trabalho – socialmente apresenta-se visível na forma de mercadoria – autônomo e alienado do seu produtor a identificação com a atividade produtiva capitalista também torna-se alienada.

O ato da produção apresenta-se como repulsivo ao trabalhador – *“o trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se o [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a outro”* (MARX, 2004 [1844], p. 83) –, como o produto de seu trabalho lhe é negado como posse, serve a satisfação de necessidades que se afastam cada vez mais das necessidades dos seus produtores.

O processo de produção não é entendido por quem o executa como meio para a satisfação de suas próprias carências, ao contrário, na sociedade capitalista como já vimos, o trabalho aparece como suporte de valorização das mercadorias produzidas e promotor da pauperização da vida dos trabalhadores, em momento



algun revela-se como posse do trabalhador, mas de outro agente social proprietário da produção. A maneira pela qual nossa sociedade organiza as relações de trabalho torna-o obrigatório, auto-sacrifício e motivo de repulsa de quem o executa. Nas palavras de Marx:

Primeiro, o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis [natureza] e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Esta em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. (MARX, 2004 [1844], pp. 82 - 83)

Essa é uma das principais constatações de Marx nos *Manuscritos*, a repulsa ao momento do trabalho pelo trabalhador é intrínseca a sociedade do capital. Mediante a alienação da atividade produtiva, que torna o trabalho obrigatório, afasta-se qualquer possibilidade de satisfação real e de liberdade e autonomia no ato da produção.

A atividade produtiva ao usurpar a liberdade e autonomia do trabalhador diante do seu trabalho impulsiona o domínio do proprietário capitalista expandindo a opressão da classe burguesa para além da esfera produtiva. A relação do trabalhador com o produto do seu trabalho como *objeto estranho, hostil, poderoso e independente de si*, expande-se ao relacionamento social entre trabalhador e proprietário capitalista burguês, este visto pelo trabalhador como independente, estranho, hostil, poderoso e dominador.

Ricardo Musse (2016) indica uma passagem do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) de Marx onde podemos encontrar a caracterização da organização de trabalho no ambiente da grande indústria moderna, que ganha configurações *despóticas* reafirmando-se a perda da autonomia do trabalhador – já presente nos *Manuscritos* – e a intensificação da dominação autoritária no ato do trabalho. Diz Marx:

O trabalho dos proletários perdeu, pela expansão da maquinaria e pela divisão do trabalho, todo caráter autônomo e, com isso, todo atrativo para o operário. Este torna-se um mero acessório da máquina, do qual é exigido apenas o mais simples movimento de mãos, o mais monótono, o mais fácil de aprender. [...] Massas de operários,



aglomeradas nas fábricas, são organizadas de forma soldadesca. Como soldados rasos da indústria, são colocados sob a supervisão de uma hierarquia completa de suboficiais e oficiais. (MARX & ENGELS, 2011 [1848], p. 66/67)

O despotismo do modelo de organização da indústria moderna submeteu o trabalhador à gerência autoritária da indústria não mais restrita ao proprietário burguês, mas a um corpo burocrático auxiliar – composto por supervisores, gerentes, técnicos administradores da produção e pelo próprio Estado –, um corpo burocrático de serviços da burguesia. Outro ponto nevrálgico dessa forma de divisão do trabalho é a “escravização” dos operários pela máquina da qual torna-se mero apêndice no processo de produção material. A forma de dominação despótica germinada no ato da produção material irá destinar as posições dos diferentes agentes sociais na dominação social de classe do capitalismo, está dominação gestará o conflito social de classes entre burguesia e proletariado<sup>16</sup>.

A grande indústria capitalista foi o fator de arregimentação dos trabalhadores e subjugação progressiva ao despotismo da produção, quanto mais se expandia o capitalismo e sua *relação de produção*, alicerçada na propriedade privada dos *meios de produção*<sup>17</sup> mais se generalizava esse processo. Digo isso para adiantarmos a reflexão sobre as consequências de generalização da alienação – não liberdade<sup>18</sup> –, que ao estabelecer-se na atividade prática da vida humana, o trabalho, expandiu-se para as diversas formas de manifestações da vida social. Diz o Marx no “*Prefácio*” a *Contribuição à crítica da economia política* (1859):

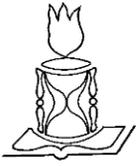
Na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações definidas indispensáveis e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política. (MARX, 2009)

---

<sup>16</sup> Diz o Marx: “*A moderna sociedade burguesa, emergente do naufrágio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão, novas estruturas de luta no lugar das antigas*”. (MARX & ENGELS, 2011 [1848], p. 52)

<sup>17</sup> Ver definição de “forças produtivas e relações de produção” e “meios de produção” em: BOTTMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, c2001. p.157 – 159.

<sup>18</sup> Sobre a liberdade: “*Há um conceito normativo da natureza humana nos Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, em termos da liberdade humana, da produtividade, da criatividade, da sociabilidade, da abundância de necessidades, do poder crescente dos sentidos humanos*”. (BOTTMORE, 2001).



As transformações trazidas pela Revolução Industrial – introdução da maquinaria, substituição da manufatura pela indústria moderna – processo histórico de surgimento do mundo burguês moderno, põe em voga um paradoxo de uma sociedade que não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de sua produção. Esse movimento pelo qual o capitalismo extravasa o campo das relações econômicas, espalhando-se para outros aspectos da vida social, é desenvolvido por Ricardo Musse na “Introdução”<sup>19</sup> ao *Manifesto do Partido Comunista* (2011 [1848]), conceituado como uma *expansão intensiva* do capitalismo marcado pela mercantilização e reificação de todo o domínio social, atingindo inclusive o âmago da subjetividade da sociedade burguesa, que reduziu tudo a relações monetárias.

Ricardo Musse (2016) não nos deixa esquecer que em contraposição a esse diagnóstico de *alienação da atividade humana prática* na sociedade capitalista, Marx aponta em suas obras de crítica a economia política uma nova forma de organização da produção social. O rompimento com o despotismo da produção capitalista em uma produção de bens no socialismo se dará em uma *associação de homens livres* e com formas não alienadas de trabalho. Indica também, que Marx nos *Manuscritos* “*delineia assim um cenário [associação de homens livres] em que o metabolismo do homem com a natureza não seja mais vivenciado como autossacrifício, mortificação, mas, ao contrário, desenvolva-se plenamente por intermédio da livre aplicação das energias humanas, físicas e espirituais*” (MUSSE, 2016, p. 116). Apenas na fase superior da sociedade comunista, na qual a organização do trabalho se dará por uma associação de homens livres, ocorrerá o rompimento com a propriedade privada dos meios de produção e como o trabalho alienado.

### **Adorno e o tempo livre.**

Chegamos ao ponto chave da nossa discussão. Em maio de 1969 Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903 -1969), proferiu uma conferência radiofônica na Alemanha refletindo sobre o conceito de *tempo livre* na sociedade capitalista. A abertura da conferência, que posteriormente seria publicada em uma coletânea, define a defesa do pensador acerca da ligação entre o trabalho e o tempo livre. Diz Adorno:

---

<sup>19</sup> Ver: Introdução ao Manifesto Comunista. MUSSE, R., 2011. p. 20 - 25



A questão do tempo livre: o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece o seu desenvolvimento, não pode ser formulada em generalidades abstrata (sic). A expressão origem recente, (sic) aliás – antes se dizia ócio, e este era um privilégio de uma vida folgada e, portanto, algo qualitativamente distinto e muito mais grato, mesmo desde o ponto de vista do conteúdo -, aponta a uma diferença específica que o distingue do tempo não livre, aquele que é preenchido pelo trabalho e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado desde fora. O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. (ADORNO, 1995 [1969], p. 71)

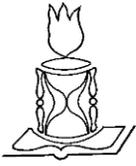
A apresentação do laço entre tempo livre e trabalho é demarcada pela reflexão da sociedade de capitalismo desenvolvido de meados do século XX. Adorno compõe sua análise como pensador de seu presente histórico voltando-se para a relação entre trabalho e a uniformidade da consciência dos indivíduos como forma de negação da liberdade<sup>20</sup>.

O tempo livre é indicado por Adorno como *acorrentado ao seu oposto*, pois ao contrário do que recorrentemente se julgava pelos indivíduos, o tempo livre deveria ser compreendido como uma extensão do tempo relativo ao trabalho. Adorno aproxima-se da concepção de Marx de crítica à sociedade capitalista, que por meio da *alienação do trabalho* os seres humanos afastam-se do desenvolvimento de atividades autônomas e livres. Essa análise é desenvolvida com base referencial nas reflexões de Marx em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, a privação de realização da liberdade através da atividade produtiva potencializa-se para as demais relações sociais dos seres humanos fora do âmbito produtivo. O processo de alienação no tempo de trabalho acorrenta o tempo fora dele.

Já sabemos que a atividade produtiva apresenta-se no capitalismo como algo obrigatório, sacrificante e repulsivo ao trabalhador, pelo fato do trabalho ser alienado. No entanto, o que na aparência pode ser o escape a essa repulsa acorrenta-se a

---

<sup>20</sup> Não aprofundaremos questões pertinentes à concepção de Adorno a respeito das fases do capitalismo de seu presente histórico. No entanto, é importante enfatizar em nota, que o autor opera em vista do processo de generalização de uma dada condição de socialização, que segue o modelo de troca entre mercadorias. As grandes corporações financeiras, industriais e comerciais concentram-se e intensificam seu controle social inclusive na forma de industrialização da cultura. Importante ressaltar também, que nessa fase do capitalismo as possibilidades de consciência dos indivíduos são cada vez mais reduzidas e uniformizadas, assim como o no modelo da troca. Essas e outras características sociais compõem um cenário favorável a maior internalização do modo de produção capitalista nos indivíduos estimulando a aparência de liberdade sem a necessidade de uma dominação aberta. Ver mais em: ADORNO, T. W. *Capitalismo tardio ou Sociedade industrial?*. In: COHN, Gabriel, *Sociologia: Theodor Adorno*. São Paulo: Ática, 1986. \_\_\_\_\_ . *Prisma. Crítica Cultural e Sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.



mesma contradição, pois não indica força suficiente para imprimir grande resistência a alienação. O tempo livre também é alienado, e isso é uma das grandes contribuições de Adorno nesse debate<sup>21</sup>. De maneira geral os indivíduos na sociedade capitalista estão propensos a identificar no tempo fora do trabalho, o momento de sua satisfação e afastamento das obrigações, o que está em jogo, e assimilar que isso é uma forma aparente de liberdade.

Segundo Adorno (1969), a sociedade capitalista caracteriza-se por uma plena integração entre seus indivíduos, consequência da especialização de funções desempenhadas no trabalho, fruto do processo de racionalização que mostra sua face através da administração científica da produção. A especialização em funções específicas das etapas produtivas refletiu-se em uma diminuição do espaço para escolhas individuais, a determinação impositiva da ocupação no trabalho reduz o as possibilidades dos indivíduos de compreenderem conscientemente o que faz parte de sua composição íntima. Assim, como a atividade do trabalho apresenta-se como um sacrifício o tempo livre aparece como o tempo da satisfação, de rompimento com o trabalho que causa repulsa, a possibilidade de realização de algo realmente prazeroso e que tenha origem em uma vontade própria – subjetiva – e íntima do indivíduo.

Eis o problema apresentado sobre a questão do tempo livre, o que aparece como vontade própria é ainda *“modelada por aquilo de que [as pessoas] desejam estar livre fora do horário de trabalho”* (ADORNO, 1995 [1969], p. 71), ou seja, a mesma dominação característica da atividade produtiva está presente nas atividades praticadas no tempo livre. Esse é o grande elo de acorrentamento.

Com o aumento da produtividade capitalista alicerçados no desenvolvimento das forças produtivas no século XX, a automação industrial, a aplicação da especialização das funções pela administração científica taylorismo e a racionalização fordista das etapas de produção nas linhas de montagem, reduziu-se no início do século passado o tempo socialmente necessário para produção de mercadorias. Diminuiu assim, a jornada média de trabalho foi possível à extensão do

---

<sup>21</sup> Vale tomar nota, que a conferência radiofônica de 1969 não é inaugural no pensamento de Adorno sobre essa temática. A *Dialética do Esclarecimento* (1947) escrita em parceria com Max Horkheimer compila uma série de fragmentos filosóficos acerca do *esclarecimento* – racionalização – e intensificação da exploração e dominação entre os seres humanos. Apresenta-se no fragmento *A Indústria Cultural: O Esclarecimento Como Mistificação das Massas* uma das mais importantes reflexões sobre o papel da cultura no capitalismo monopolista e sua difusão como mercadoria e forma de dominação humana. Ver: ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.



tempo livre, – não deixo de mencionar as lutas das organizações de trabalhadores pela redução da jornada de trabalho já iniciadas entre os séculos XVIII e XIX<sup>22</sup> – a partir do processo de transformações nas forças de produção, da organização das lutas sociais dos trabalhadores e suas conquistas de direitos trabalhistas. A partir disso, Adorno enfatiza que o mesmo processo de desenvolvimento que prolongou o tempo livre do trabalhador, também intensificou o controle despótico cada vez mais rígido dos processos da produção.

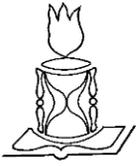
As regras de controle internas das empresas passam a ser estendidas ao descanso do trabalhador. A redução do tempo “preso” ao trabalho, que potencialmente beneficiaria o trabalhador apresentou a extensão da não liberdade do trabalho, e a contradição de um tempo livre que nega a sua aparência – de ser livre – , na própria opinião que os “beneficiados” carregam sobre ele. Diz Adorno: *“Nele [tempo livre] se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não-livres como a sua não-liberdade em si mesma”*. (ADORNO, 1995 [1969], p. 71)

O princípio que rege a produção capitalista é o mesmo que irá determinar a organização social fora do trabalho, as escolhas do que fazer com o tempo livre do trabalho são também determinadas pelo regime do lucro, e isso traz a necessidade de prolongar o processo de trabalho para o momento de descanso dos trabalhadores. As atividades que aparecem para os indivíduos no capitalismo como originárias de seus desejos íntimos e só efetivadas fora da jornada de trabalho são uma extensão dos processos de produção industrial e da lógica de troca de mercadorias.

Na sociedade das relações alienadas tudo pode ser comercializado, o tempo livre deve cumprir prioritariamente duas funções: 1) reproduzir a lógica de não-liberdade, pois cumpre uma função de apêndice da atividade produtiva, preparando e intensificando o processo de especialização, repetição e de baixíssima necessidade criativa como no trabalho industrial, como indica o próprio Adorno na conferência de 1969, *por baixo dos panos (sic), são introduzidas formas de comportamento de trabalho, que não dão folga* a ninguém típicas da conduta de vida burguesa; e 2) gerar lucros, notando-se que durante todo o século XX desenvolveu-se uma gama de corporações industriais especializadas na produção de entretenimento e preenchimento do tempo livre.

---

<sup>22</sup> Ver: Capítulo VII e VIII de MARX, Karl. O capital. São Paulo: Abril Cultural. 1984 [1867].



Assim, podemos iniciar uma reflexão das baixíssimas possibilidades de efetivarmos atividades autônomas e livres mesmo quando temos a impressão de liberdade nos momentos longe do exercício do trabalho.

### **Considerações finais.**

Esse texto nasceu com o objetivo de traçar uma conexão entre diferentes teóricos e pensadores sociais para elucidar uma pequena introdução ao debate reflexivo sobre a vinculação entre trabalho e tempo livre na sociedade capitalista. Passamos por uma gama de conceitos originários do pensamento sociológico clássico, a fim de demonstrar as diferentes contribuições desses autores para a construção em bases sólidas da defesa de Adorno a respeito do acorrentamento entre *tempo livre* e *trabalho*. Assim, como a pertinência das interlocuções traçadas com Weber e Marx, apontadas durante o percurso do texto.

A atenção dada por Adorno à introdução de determinada forma de comportamento e estilo de vida na sociedade capitalista, que racionaliza suas formas de dominação pode ser relacionada a uma herança teórica weberiana da *tipologia racional de conduta de vida burguesa*. Na mesma medida, que a tradição da teoria crítica da sociedade vinda de Marx e sua consistente crítica à generalização do *trabalho alienado* no capitalismo, permitem a Adorno traçar não apenas a correlação entre trabalho e tempo livre, como sustentar a crítica a expansão da não-liberdade, que penetra os mais íntimos poros da vida social.

É evidente, que não dispúnhamos do propósito de esgotar a discussão, pois recorreremos a um determinado recorte teórico, que sustenta dadas conclusões pensadas no presente histórico do autor. No entanto, é importante ressaltar a força da defesa de Adorno, e reivindicar a tradição do seu pensamento teórico crítico não como teoria estabelecida, conclusiva e inquestionável, ao contrário, como suporte a análise das contradições presentes nas práticas sociais, suas continuidades e transformações quando pensarmos o nosso presente histórico.



## **Bibliografia**

- ADORNO, T. W. (1995 [1969]). Tempo Livre. In: T. W. ADORNO, & M. HORKHEIMER, *Palavras e sinais* (pp. 70-82). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- BOTTOMORE, T. (2001). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ENGELS, F. (1999 [1876]). *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, pdf. Acesso em 20 de junho de 2017, disponível em ebookbrasil: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>
- MARX, K. (1984 [1867]). *O Capital* (Vol. I). São Paulo: Abril Cultural.
- \_\_\_\_\_. (2004 [1844]). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2009). Contribuição à crítica da economia política - "Prefácio" [1859]. In: E. SADER, & I. JINKINGS, *As armas da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2011 [1848]). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Hedra.
- MARX, K., & ENGELS, F. (2011 [1848]). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Hedra.
- MUSSE, R. (2011). Introdução. In: K. MARX, *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Hedra.
- \_\_\_\_\_. (2016). *A Administração do Tempo Livre*. (Lua Nova [online] nº99) Acesso em 06 de 2017, disponível em scielo: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445107-134/99>
- PIERUCCI, A. F. (2003). *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34.
- PINTO, G. A. (2007). Introdução. In: *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular.
- WEBER, M. (2011 [1917]). Ciência como vocação. In: *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (2013). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: CIA das Letras.